

APRESENTAÇÃO

REDES DE SOLIDARIEDADE EM FAVELAS E PERIFERIAS NO CONTEXTO DA COVID-19

Beatriz Brandão

Pesquisadora de pós-doutorado em Sociologia da Cultura pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na pesquisa sobre metodologias de cuidado a usuários problemáticos de drogas (2019-2020).

Marcelo Baumann Burgos

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Sarah Silva Telles

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).



Os anos 2020 e 2021 ficarão marcados como um dos períodos históricos mais difíceis deste século. A pandemia da Covid-19 literalmente parou o mundo, exigindo, em toda parte, respostas de governos, sociedade e organismos internacionais no sentido de se tentar mitigar a disseminação do vírus enquanto se investia pesadamente no desenvolvimento de vacinas capazes de imunizar a população. Economias pararam, atividades sociais – incluindo as da área de educação – tiveram que ser interrompidas, e logo a insegurança sanitária deu lugar a várias outras formas de insegurança, de ordem pessoal, social e alimentar para os grupos mais vulneráveis, principalmente nos países de maior desigualdade e/ou pobreza.

No contexto de crise planetária, governos de todos os países desenvolveram distintas formas de lidar com a pandemia, e nesse momento pesou o padrão de relação entre a sociedade e seus Estados, e respectivas autoridades. Naqueles países em que prevaleciam formas de governo populista, com baixa mediação institucional, o resultado mais comum foi uma atitude negacionista. Em países asiáticos, por outro lado, sobressaiu uma maior capacidade de organização coletiva; ou, como no caso da China – onde foram inicialmente detectados os primeiros casos da Covid-19 –, um modelo de totalitarismo que impôs regras rígidas com enorme controle por parte do Estado. Nos países onde o *welfare* está mais consolidado, após o impacto inicial, como no caso da Itália, se verificou melhor capacidade de resposta, apesar de inúmeras diferenças entre eles.

O quadro da pandemia atingiu, de maneira diferente, continentes, países, sociedades, e no interior de cada sociedade, cidades, classes e grupos sociais. O Sul global segue com menos acesso às vacinas, sendo o continente Africano o caso mais dramático, enquanto sobram milhões de doses nos países ricos do Norte global. Por outro lado, o impacto do desemprego e da insegurança alimentar se soma às precárias condições de moradia, potencializando desigualdades preexistentes.

No caso do Brasil, dois fatores devem ser destacados. Em primeiro lugar, a atitude negacionista e irresponsável do governo federal, que certamente contribuiu para fazer do país um dos campeões mundiais em termos de taxa de contaminação e de letalidade. De outro, o fato de partes das cidades e periferias brasileiras persistirem em situação de precarização, combinando alguns fatores que certamente contribuíram para amplificar a disseminação do vírus: densidade elevada, péssimas condições de moradia e desmonte dos direitos trabalhistas. Em boa parte dos territórios populares, a exposição ao vírus foi amplificada pelo fato de que a maioria dos moradores jamais pôde parar suas atividades laborais. Por outro lado, determinadas categorias, como entregadores de aplicativos, trabalhadores do comércio dos setores essenciais – alimentação e farmácia –, transporte público, entre outras, tiveram que seguir com suas atividades sem contar com qualquer tipo de atenção especial.

Tal situação se torna ainda mais grave quando se considera que o país vivia um processo de desorganização ou desmanche de suas políticas sociais, principalmente com a aprovação da chamada Lei do Teto de Gastos Públicos, em dezembro de 2016, levando o país a voltar a conviver com o avanço da fome – que havia sido praticamente extinta nos governos progressistas. Se as cidades assistem à explosão do número de pessoas em situação de rua, o fechamento das escolas públicas agravou ainda mais o quadro de vulnerabilidade das famílias, uma vez que junto com isso se rompia toda uma cadeia de articulações entre atores que participam da proteção social de crianças e adolescentes.

Diante da emergência da situação e da omissão das autoridades públicas – que se mostraram mais ou menos graves de acordo com a capacidade e a dos poderes públicos estaduais e municipais –, restou à sociedade organizar estratégias de solidariedade (MARQUES, 2010; CAILLÉ, 2002). Para isso, concorreu o fato de o país já dispor de redes preexistentes de atores de diferentes segmentos da sociedade civil, exemplificada na mobilização nacional do final do século XX com a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (NETO, 2019).

Em territórios populares, favelas e periferias, associações de moradores, outras associações locais, projetos sociais, ONGs, redes de vizinhança, redes de solidariedade (MARQUES, 2010; VALLADARES, 2005; ZALUAR, 1985) em geral compõem um estoque de capital social (D'ARAUJO, 2003) que permitiu a criação de novas redes e a articulação com setores fora daqueles territórios, de classes médias e altas, escolas privadas e universidades, diferentes movimentos sociais, instituições religiosas, além de grupos de empresários, todos convocados ao voluntariado (CAILLÉ, 2002) diante da urgência do momento. O objetivo era fortalecer o vínculo social mínimo para impedir o desastre maior. Assim, foram mobilizadas doações e colaborações de toda sorte, sem qualquer contrapartida a não ser garantir a segurança alimentar mínima para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Evidentemente que também essas redes estão disponibilizadas de modo desigual, ainda assim, abriram um capítulo novo na história da cultura política (REIS, 1998) do país, em especial nos principais centros urbanos. Esse fenômeno chamou a atenção da imprensa e da universidade, levando à produção de reportagens e pesquisas que, de algum modo, tentam compreender suas motivações e dinâmicas, e mapear o alcance e o impacto no território urbano e em suas margens para redução de desigualdades por meio de uma maior integração da cidade.

Com base nessas iniciativas surgiu a ideia de organização do presente dossiê. Ele foi pensado como um registro de uma época, mas também como uma contribuição das Ciências Sociais para identificação, mapeamento, descrição e delimitação das potencialidades de resposta da sociedade civil, e especialmente por meio das redes que atravessam a vida organizada nas favelas e periferias, diante dos enormes desafios trazidos pela pandemia. A

intenção é que, apesar do sofrimento gerado por milhares de mortes, do enorme abalo psicológico e social produzido pela pandemia, e de seu impacto sobre a confiança depositada nos poderes públicos, se consiga sair da crise com um maior sentido de solidariedade, empatia e capacidade de mobilização do capital social brasileiro.

Os oito artigos apresentados atravessam as principais temáticas propostas neste dossiê, articulando conceitos de rede, solidariedade, pobreza urbana, favelas e periferias, especificamente no contexto pandêmico da Covid-19, com objetos, sujeitos e contextos diversos.

A começar com o artigo **Associativismo, esferas públicas subalternas e Covid-19: redes de solidariedade social e resistência política**, de Fernando Perlatto, que analisa o “mito do insolidarismo social”, pelas experiências que evidenciam a capacidade associativa de diferentes setores. Ao refletir sobre o conceito de “esferas públicas subalternas”, destaca as capacidades organizativas, cooperativas e associativas como espaços de resistência política. O cenário pandêmico fortificou a ideia de que as redes de solidariedade social contribuem para a organização coletiva, além de darem maior visibilidade a determinadas agendas na esfera pública, transformando temáticas como as da desigualdade, da fome e da informalidade no mercado de trabalho em “problemas públicos”. O autor conclui que existe necessidade de mais diálogo e articulação entre as “esferas públicas subalternas” e a “esfera pública formal”, em especial com os partidos políticos progressistas. Nesse contexto, destacou a criação do Dia Estadual de Mobilização para Enfrentamento da Covid-19 e seus Impactos nas Favelas e Periferias, no Rio de Janeiro, e a organização do projeto das Cozinhas Solidárias, em diferentes cidades do país. Espaços importantes que sinalizam para a possibilidade de que essas redes de solidariedade social se transformem mais efetivamente em espaços de resistência política.

Na sequência, com **Pandemia, periferias e as formas elementares da vida social**, Leonardo Fontes discute os potenciais das redes de solidariedade formadas por moradores de bairros periféricos de São Paulo no contexto da pandemia. São descritos os processos para mobilização coletiva, a elaboração de questões públicas e a construção de laços comunitários, por meio da perspectiva da sociologia pragmatista voltada para os problemas públicos. O autor demonstra como a pandemia, nas periferias urbanas, obrigou os sujeitos a reorientarem suas práticas e ações para constituírem arenas públicas e transformar questões vividas em seus territórios em problemas públicos. Nesses espaços forma-se uma “cultura pública” que aponta para “novos horizontes da vida coletiva”. Partindo da categoria de *dádiva*, entendida como a simbolização da crença compartilhada em princípios morais, conclui que as formas de associação, baseadas no livre investimento dos indivíduos em redes de obrigações, não são redutíveis ao interesse individual nem à obrigação imposta pelo Estado.

O artigo **Ciência e favela**, de Marcelo Baumann Burgos e Maria Alice Rezende de Carvalho, dá visibilidade à extensão de redes sociotécnicas na articulação de movimentos sociais e intelectuais, personalidades públicas, e núcleos universitários de pesquisa, representados por jovens universitários de favelas do Rio de Janeiro. Os autores apresentam dois formatos mais evidentes de articulação entre intelectuais e favelas: no primeiro, intelectuais e artistas reconhecem ideologicamente a potência dos territórios populares e trabalham pela ampliação da noção de cidade. O segundo formato tem suas raízes em processos políticos relacionados à redemocratização do país, e conecta intelectuais coletivos, organizados em torno de núcleos de pesquisa de departamentos universitários, atuantes no desenho de políticas aplicadas à cidade. O argumento se detém no formato que tem predominado desde a redemocratização do país, com a reconfiguração dos movimentos de favela e a democratização do acesso às universidades públicas. A pandemia acelerou um processo de inflexão quanto ao lugar ocupado pela universidade na produção de conhecimento: de centro dessa produção, se tornou parte de redes sociotécnicas que geram conhecimento científico em estreita articulação com organizações coletivas das favelas. Pelo texto, é possível conhecer a face mais recente desse nexos entre ciência e favela, em que a ciência deixa de ser representada por um grupo universitário de pesquisadores que se associa a atores locais a fim de construir um objeto de interesse social, para ser, mais do que isso, o *medium* da comunicação entre atores diversos.

Com o texto **Mobilização nas favelas cariocas contra os impactos da pandemia da Covid-19**, Gláucio Gleí Maciel e Rafael Soares Gonçalves questionam a noção das favelas como espaços de ausências para compreender a riqueza e a criatividade dos saberes que ali circulam. Sustentam que a mobilização nas favelas durante a pandemia demonstra a capacidade de seus moradores em responder a eventos extremos. Na avaliação do caso do Coletivo Juntos pelo Alemão, sustentam que a experiência coletiva de resistência se traduz na criação de redes de apoio e troca de informações com a retomada de fóruns coletivos de debate e intervenção. Se a provisoriedade é a marca das políticas voltadas para as favelas, a dimensão da permanência e do pertencimento se encontra presente por meio de suas lutas comunitárias ou mesmo de seus projetos de moradias, construídas em um esforço coletivo e em suas redes de sociabilidade. Esse movimento aponta para a expressão “urbanismo subalterno” como modo de reconhecimento a espaços de pobreza, vulnerabilidade e formas de agência popular que muitas vezes permanecem negligenciadas em arquivos e anais da teoria urbana. As inovações elaboradas pelos moradores das favelas, no contexto da pandemia, convidam o Estado e os diferentes segmentos da sociedade ao enfrentamento das graves injustiças sociais e raciais do Rio de Janeiro.

O cenário das cenas de uso de drogas no Rio de Janeiro é o espaço privilegiado da análise de Beatriz Brandão, Rogério da Silva Ferreira e Sarah R. Fonseca Silva em **Ações territoriais em cenas de uso de drogas no Rio de Janeiro: um cenário de mudanças na pandemia da Covid-19**. Pelo texto, é possível ver como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) executa suas ações de cuidado e atenção com os usuários de drogas desses espaços. O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) é um dos serviços que realiza ações territoriais, no entanto as dificuldades e precariedades desse trabalho se agravaram diante do contexto pandêmico. Os autores concluem que as ações territoriais nas cenas de uso são essenciais dentro do modelo de cuidado e atenção do CAPS AD, pois tais serviços passaram a responder cada vez mais à fragilização de uma rede que viabilizava condições mínimas para promoção de saúde nesses contextos. Ainda que a solidariedade seja percebida com frequência nas comunidades nas quais estão localizadas as cenas visitadas, o empobrecimento da população em geral, e muito mais das pessoas em situação de rua, tornou necessário recorrer com maior frequência a mecanismos de alta complexidade da rede nos quais estão localizados os leitos de acolhimento à crise e os hospitais. O que antes já se colocava como desafio, como o diálogo e o trabalho integrado da rede voltado para os casos mais dramáticos das cenas de uso, se radicalizou no cenário pandêmico de isolamento.

Luisa Souto expõe, com o artigo **Solidariedade na pandemia da Covid-19: estratégias de resistência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**, as ações de solidariedade desenvolvidas pelo movimento com os militantes da base social e as comunidades que residem no entorno das ocupações em diferentes territórios brasileiros. Diante do aumento dos índices de fome e insegurança alimentar, a criação de cozinhas solidárias como forma de luta pelo direito à alimentação ganhou destaque. Um dos motivos que impulsionou a imediata organização do MTST em torno dessas ações emergenciais foi a inexistência de um programa de Estado que pudesse dar suporte básico aos mais pobres e que, conseqüentemente, seriam mais afetados pela crise. Estados e municípios formularam suas políticas com base nas orientações dos comitês científicos, no aumento de casos de contágio e de morte, e nas pressões econômicas contra as medidas de isolamento social. Nos vácuos que se formaram na vida da população, surgiram ações solidárias em diferentes esferas – do micro ao macro: das relações entre vizinhos, organizações comunitárias nas favelas a grandes campanhas de arrecadação de alimentos por artistas e movimentos sociais. A autora conclui que, no interior dos movimentos sociais, outras condicionantes podem fazer a solidariedade aumentar em cenários de extrema deficiência social. Uma delas é a condição fundamental de precariedade que os militantes dividem e que os colocam em um mesmo patamar de luta, pois necessidades e vulnerabilidades partilhadas tornam interdependentes os indivíduos em determinada

condição social, o que termina por impulsionar a busca por soluções de maneira coletiva e a partir do território .

Em **A Maré diz não ao coronavírus: a experiência de ativismo da organização Redes da Maré no enfrentamento da pandemia**, Julia Ventura mostra como o ativismo das forças sociais tem assumido a centralidade do trabalho de proteção da população mais socialmente vulnerável. A autora analisou a experiência de ativismo periférico conduzida por uma campanha da organização não governamental Redes da Maré, uma vez que, independentemente da política institucional, uma potente rede de proteção social foi consolidada e ativada com um objetivo comum, amparada pela diversidade dos apoios e da força de trabalho disponíveis. A campanha pode ser observada como um disparador de forças sociais que, para além de uma ação pontual e temporária, se mantiveram ativas e em diálogo a fim de compor uma ação coletiva permanente. O potencial de ativismo consolidado nessa experiência liderou uma frente nacional pelo fim das operações policiais em favelas, considerando o momento da pandemia como um exemplo evidente de como essas operações colocam em risco a vida dos moradores cotidianamente, e ainda mais num contexto onde as pessoas precisam praticar o isolamento social e estão mais vulneráveis dentro da própria casa.

O último artigo, **Redes de solidariedade, pandemia e violência estatal: uma aproximação a partir de ações coletivas de comunicação em favelas cariocas**, de Patrícia Lânes, apresenta as mobilizações mais recentes protagonizadas por ações coletivas locais pela experiência do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. O conjunto de estratégias utilizado englobou campanhas e o uso da internet e suas plataformas para dar visibilidade à situação de favelas e periferias. A comunicação comunitária foi tomada para pensar de que maneiras ações coletivas se mobilizam e interferem positivamente em contextos de violação de direitos criados pela pandemia do coronavírus e agravados pela violência estatal. Estratégias e ações dos diferentes meios de comunicação comunitária foram compreendidas como prática e intervenção para a possibilidade de de(s)colonização. Ao atuar nas “rachaduras” do Estado, e contribuir para alargar as brechas por elas criadas, coletivos, organizações e movimentos seguem cultivando modos de resistência e solidariedade, presentes no cotidiano das favelas e periferias nas quais se inserem, e que se tornam mais visíveis para o restante da sociedade à medida que fazem ouvir e amplificam seus gritos por meio de faixas, vídeos, imagens, panfletos, cartazes, campanhas, distribuição de alimentos e informações. Essa mobilização é vista e ouvida por outros setores da sociedade devido às redes de relações construídas e cultivadas por eles e tornadas visíveis em momentos específicos através da Internet e de suas plataformas e redes sociais.

Há ainda a resenha da obra de Maria da Glória Gohn, **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**, escrita por Ana Claudia S.

Figueiredo. O livro define participação e democracia como dois temas necessários para o debate no contexto socioeconômico, político e cultural da sociedade brasileira. A socióloga Maria da Glória Gohn se dedica há mais de 30 anos à pesquisa da temática dos movimentos sociais de maneira ampla, incluindo a participação social, a educação não formal, o associativismo e os temas relativos à cidadania. A obra apresenta um balanço de lutas e movimentos sociais no Brasil nos últimos 50 anos, enfatizando como a participação social se constituiu em diferentes momentos da história do país e os rumos que a democracia brasileira vem seguindo na cena pública durante esses anos. Ao longo dessas décadas essa participação recebeu diferentes denominações: comunitária, popular, institucional, cidadã, cívica etc. Os caminhos trilhados pelas lutas e pelos movimentos sociais no Brasil reforçam a importância da participação social dos diferentes sujeitos, e de suas motivações para o engajamento e a consolidação do processo de democratização. O ativismo jovem de junho de 2013 trouxe novamente para pauta dos movimentos sociais a força e a resistência da juventude, que passou a ocupar escolas, universidades e ruas, clamando não só por demandas da educação, mas também por questões mais amplas, como o combate à corrupção na política. A obra de Gohn é leitura recomendada àqueles que têm interesse de compreender a importância das manifestações de junho de 2013 para a sociedade brasileira e os rumos da democracia desde então.

Ao final, a entrevista com Monica Francisco, deputada estadual pelo PSOL-RJ, mulher negra e favelada, cientista social e pastora, explora sua trajetória e atuação como intelectual orgânica da favela em suas múltiplas inserções, desde a esfera da organização comunitária até sua eleição como deputada estadual. Em destaque, sua reflexão como cientista social sobre o desafio do tempo presente na atuação em uma “*mandata quilombo*”, como ela gosta de definir, de uma mulher nascida na favela que conquista a representação política em um espaço que tradicionalmente representa e reproduz os privilégios da branquitude. Monica Francisco foi entrevistada por Itamar Silva e Sarah Silva Telles.

Referências

- CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*. O terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CASTEL, R.; DUVOUX, N. *L'avenir de la solidarité*. Paris: PUF, 2013.
- D'ARAUJO, M. C. *Capital social* : Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MARQUES, E. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2010.
- MÜLLER, T.; CARDOSO, L. *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

NETO, F. L. Betinho e as ONGs: sociogênese de uma nova militância. *Sociologias*, v. 21, v. 51, maio/ago. 2019.

VALLADARES, L. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

REIS, E. P. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.